

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Larissa Maria Arrais De Sousa¹
Thiago Alves Moreira Nascimento²

RESUMO

O presente artigo objetiva realizar uma breve discussão sobre a formação de professores em uma perspectiva de educação inclusiva, partindo do pressuposto de que a formação do educador é fundamental para que o processo de inclusão se efetive no ambiente escolar. Procura, desde o início, definir qual a função da educação, bem como o que é educação inclusiva e qual a formação que os professores recebem nesse âmbito antes mesmo de chegar à escola. Tal caminho se faz necessário para que se possa situar a educação inclusiva e determinar se a mesma cumpre a sua função, coadunando com a função específica da escola. Desse modo, este estudo tem por objetivo compreender os desafios da formação inicial e continuada dos professores no âmbito da educação inclusiva, reconhecendo e valorizando a importância dessa qualificação no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência. Como metodologia, utilizamos as pesquisas bibliográfica e documental. Nosso estudo se embasa em autores como: Libâneo (2012), Mittler (2003), Saviani (2009) e nos principais documentos legislativos da educação inclusiva. Nesse sentido, apontamos, preliminarmente, que somente a partir de mudanças promovidas nas políticas públicas, na sociedade e na escola, é possível que a inclusão seja efetivada, já que a mesma não pode existir isolada das outras instâncias da totalidade social, bem como citamos também a necessidade de uma formação do professor adequada a esse contexto.

Palavras-chave: Formação de professores, Educação inclusiva, Práticas inclusivas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa os desafios de se promover a inclusão de alunos com deficiência no contexto da escola regular e as principais dificuldades elencadas pelos docentes em promover a inclusão desses alunos na sala de aula. Justifica-se a escolha desse tema pela importância da compreensão do modo pelo qual acontece a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino perante uma sociedade que estabelece determinados padrões e que pouco valoriza a cultura da diversidade.

Discutiremos, mais adiante, os conceitos de educação especial e de educação inclusiva, com foco em diferenciar os dois termos, esclarecendo-os. Com base nesses conceitos, conheceremos os movimentos sociais em prol de uma educação igualitária para

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri – URCA, lariarrais07@gmail.com;

² Professor orientador: Mestre em Educação Brasileira, Universidade Regional do Cariri – URCA, thiago.moreira@urca.br.

todos, como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien/1990 e, posteriormente, a Declaração de Salamanca de 1994.

Após essas indagações, abordaremos a necessidade, por parte das instituições de ensino, de ofertar cursos de capacitação aos docentes, bem como destacamos a importância de uma formação inicial e continuada no contexto de uma educação inclusiva, para que dessa forma a educação seja viabilizada com mais qualidade, gerando, assim, professores mais motivados e confiantes no atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais.

Temos como objetivo geral compreender os desafios da formação inicial e continuada dos professores no âmbito da Educação Inclusiva, reconhecendo e valorizando a importância dessa qualificação no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência.

Os objetivos específicos são: i) abordar os conceitos de Educação Inclusiva e Educação Especial; ii) discutir a importância da formação adequada para os docentes da Educação Especial.

Como metodologia, utilizamos as pesquisas bibliográfica e documental.

METODOLOGIA

Tendo em vista o objetivo previamente pensado para o referente artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental em torno do tema com o objetivo de compreender os desafios da formação inicial e continuada dos professores no âmbito da Educação Inclusiva, reconhecendo e valorizando a importância dessa qualificação no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência.

Dentro dessa perspectiva, utilizamos as pesquisas bibliográfica e documental, buscando argumentos que corroborem a tese de que a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular é possível com a reorganização do trabalho pedagógico, um currículo escolar que atenda as necessidades de todos os educandos, e professores qualificados. A fim de um maior esclarecimento acerca da temática, entendemos que os dois tipos de pesquisa nos possibilita essa investigação dentro desse campo teórico. Gil (2009) nos esclarece que:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2009, p. 45).

Desse modo, compreendemos que as pesquisas utilizadas serviram de apoio para os objetivos propostos para o referente artigo.

DESENVOLVIMENTO

O termo “Educação Inclusiva” gera dúvidas recorrentes entre os docentes, pois se tem a ideia de que inclusão é o mesmo que integração escolar, quando de fato se tratam de coisas distintas. O ato de incluir vai além de receber alunos com deficiência, pois consiste numa educação igualitária para todos, deixando de lado qualquer forma de exclusão ou ensino diferenciado em se tratando de deficiências. Já a integração insere o indivíduo na escola, sem se preocupar com sua aprendizagem, visto que se espera que ele se adapte a um ambiente já estruturado. Se na inclusão a escola se adapta à realidade do aluno, na integração esse processo é inverso. Sobre isso, Santos (2008) nos esclareceu que:

Muito se tem falado sobre o processo de inclusão, e quase sempre com o sentido de que inclusão e integração escolar seriam sinônimas. Na verdade, a integração insere o sujeito na escola esperando uma adaptação deste ao ambiente escolar já estruturado, enquanto a inclusão escolar implica redimensionamento de estruturas físicas da escola, de atitudes e percepções dos educadores, adaptações curriculares, entre outros (SANTOS, 2008, p. 32).

Se em pleno século XXI os holofotes estão voltados para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular e a qualidade desse ensino nas escolas, no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência, iniciado na época do Império, até bem pouco tempo não tinha qualquer preocupação nesse sentido. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (BRASIL, 1994, p. 2).

A partir da criação desses institutos, surgiram novas leis visando amparar legalmente as pessoas com deficiência, porém, não surgiu a preocupação com a inclusão e qualidade no ensino do público alvo da Educação Especial, pois as escolas não estavam preparadas para receber esses educandos, e a preocupação com a formação de professores para atuar nessa

modalidade surgiu somente no início da década de 50. Dessa forma, a exclusão adquiriu novas facetas. Corroborando essa afirmativa, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nos diz que

A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar (BRASIL, 1994, p.1).

Conforme as referidas leis foram sendo criadas, nasce a necessidade de movimentos sociais em prol de uma educação igualitária para todos. Um desses movimentos foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien/1990, cujo enfoque principal era “chamar a atenção para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, tendo como objetivo promover transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola” (BRASIL, 1994, p. 3).

Logo depois, visando a reflexão e ao debate sobre as possíveis causas da exclusão, vem a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO em 1994, propondo aprofundar a discussão, problematizando as causas da exclusão escolar. Com base nas práticas educativas, que emergem na desigualdade social, a Declaração de Salamanca de 1994 vem como um documento norteador para eliminar situações de exclusão, visando uma pedagogia centrada na criança e reafirmando o caráter político/social da escola em promover o respeito à diversidade e as especificidades dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Propiciar a inclusão de alunos com deficiência implica primeiramente na reestruturação do sistema de ensino, em quebra de paradigmas, mudanças no currículo e um olhar sensibilizado acerca da deficiência. É necessário viabilizar meios para uma educação com qualidade e que atenda às necessidades de todos os alunos. Serra (2006) expõe que

[...] promover a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades (SERRA, 2006, p. 33).

Assim sendo, incluir não é somente aceitar esse alunado dentro das instituições, mas promover ações que garantam sua integração e participação em todas as atividades escolares,

possibilitando seu desenvolvimento físico/cognitivo, propiciando meios de socialização e acessibilidade em todos os âmbitos.

Contudo, ressaltamos que a educação inclusiva é mais abrangente e inclui no seu sistema educacional todos os alunos. No entanto, a educação especial é um campo mais restrito, direcionando suas práticas e saberes na deficiência do aluno. Sabemos que ao longo do tempo, os diagnósticos de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e déficits na aprendizagem, foram surgindo com mais frequência nas escolas, deixando os professores mais preocupados em inserir essas crianças no meio social e na aprendizagem, tornando esta última mais significativa. Entretanto, precisamos saber quem é o público da educação especial, visto que são muitas as deficiências e necessidades educacionais especiais. O art. 58 da LDB 9.394/96 afirma:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996).

No entanto, ressaltamos que o atendimento especializado é diversificado para cada necessidade, visto que cada indivíduo é um ser singular. A educação deve ser direcionada para toda a turma, sem nenhuma forma de exclusão ou ensino individualizado/diferenciado, uma vez que não podemos diferenciar um aluno pela sua deficiência.

Comprendemos a aflição dos educadores em receber em suas classes alunos com as mais variadas deficiências, tornando mais desafiador para o docente uma educação inclusiva com qualidade. Infelizmente, o investimento do poder público na educação básica ainda não é suficiente para garantir uma educação igualitária. Os principais prejudicados com todo esse descaso são os alunos e professores, que em meio a seus medos, dúvidas, ansiedades e acolhimentos, assumem e recebem esses alunos em suas salas de aula.

Esta realidade tem levado professores a refletir sobre a sua prática e sobre sua permanência no magistério. Muitos a veem como algo transitório e esperam oportunidades melhores. Isso se dá principalmente em virtude das questões problemáticas apontadas acima. Aos professores não deve ser negada uma qualificação adequada que possibilite ensinar a turma toda, pois todos, mesmo pouco confiantes, possuem conhecimentos, habilidades e competências que precisam para ensinar, o que lhes falta é a formação voltada para a inclusão. Segundo Mittler (2003, p.183), “Ninguém pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão.

Todos têm algo a aprender sobre ela”. Nesse sentido, os professores precisam de oportunidades para refletir sobre a sua prática e valores que constituem a sua formação.

Destarte, vimos que com uma qualificação adequada e cursos de capacitação voltados para a realidade de cada escola e incentivo das autoridades, o professor é capaz de transpor as barreiras da inclusão e dessa maneira poder integrar os alunos com necessidades educacionais especiais dentro da aprendizagem escolar. Além do corpo docente, essa qualificação deve se estender à equipe multidisciplinar, pois ela é primordial para auxiliar os professores no processo de inclusão de alunos com deficiência.

Em virtude dos fatos mencionados, fica evidente que, para existir uma integração dos alunos com necessidades educacionais especiais no meio escolar, não basta apenas aceitá-los nas instituições de ensino, é essencial que haja uma formação de qualidade para os professores, bem como cursos de capacitação, melhores salários, ambiente organizacional bem estruturado e recursos didático-pedagógicos para atender com equidade a todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreendemos que a formação de professores se faz necessária e que esta deve ser inicial e continuada. Essa preocupação com a formação docente foi preconizada por Comenius, no século XVII. De acordo com os estudos de Duarte (1986, p. 65-66), podemos afirmar que “[...] o primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de professores teria sido instituído por São João Batista de La Salle em 1684, em Reims, com o nome de Seminário dos Mestres”. No Brasil, a origem dessa questão, surge após a independência, que é quando se cogita a organização da instrução popular (Saviani, 2009, p. 143).

Entretanto, outros fatores contribuem para a carência e déficit na formação docente e estes aspectos não podem ser dissociados dos problemas referentes às condições de trabalho que envolvem a carreira docente, cujos fatores estão relacionados com os baixos salários, jornada de trabalho excessiva, falta de apoio e subsídio de verbas que poderiam ser destinadas ao auxílio desse docente durante as aulas. Essas razões colaboram para a falta de estímulo e interfere na procura de aperfeiçoamento profissional, bem como na procura pelos cursos de formação docente. Saviani (2009) reafirma essa ideia quando diz que,

Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos (SAVIANI, 2009, p. 153).

Todavia, é importante salientar que a formação deve ser inicial e continuada, contemplando, principalmente, os professores dos anos iniciais. Nos cursos de formação, deve-se dar ênfase aos conteúdos, metodologias e práticas de ensino, que são o instrumento de trabalho do professor. Concordamos com Libâneo (2012) quando afirma que

A par disso, não podem ser excluídos da formação inicial os instrumentos de trabalho do professor como a análise e organização de conteúdos, metodologias e procedimentos de ensino, metodologias participativas, formas de organização da aula, formas de manejo da classe, avaliação da aprendizagem escolar (LIBÂNEO, 2012, p. 32-33).

Contudo, ressaltamos a importância da assistência pedagógico-didática que os professores devem receber na sala de aula, visto que esse apoio é fundamental para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade (LIBÂNEO, 2012, p. 33). A profissão docente é repleta de desafios e obstáculos, porém, a luta por uma escola de qualidade para todos continua sendo uma causa em que pedagogos não podem se omitir.

A escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais tem levado as escolas a repensarem suas ações e novas lógicas de ensino, visto que a sala de aula é um espaço de aprendizagem e aquisição de novos saberes. Concomitantemente a essas mudanças, a formação inicial e continuada deve ser incentivada e promovida constantemente pelo núcleo gestor. A formação, no entanto, não se resume somente na busca de cursos e especializações, mas também provém de uma reflexão sobre a prática social.

Convém mencionar, que no Brasil, a formação de professores da educação especial teve início na década de 50 com a implementação de cursos de nível médio, prolongando-se até o final dos anos 60. Porém, foi somente nos anos 70 que a formação de professores nessa área foi elevada à categoria de nível superior. De acordo com os estudos de Mazzotta (1999): “[...] os cursos de Pedagogia passam a oferecer a Habilitação em Educação Especial. Neste período são ofertados os primeiros cursos de especialização, como alternativa para a formação de professores de educação especial”.

Consequentemente, a especialização na área da educação especial é importante, mas não é um requisito para a inclusão. Os professores, em seus discursos, argumentam uma falta de confiança nas suas habilidades e competências ao receber em suas salas de aula alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Eles alegam a falta e, até mesmo, uma formação deficitária durante o seu egresso na universidade e após saírem dela para o mercado de trabalho. De acordo com Mittler (2003),

[...] a maioria dos professores já têm muito do conhecimento e das habilidades que eles precisam para ensinar de forma inclusiva. O que lhes falta é confiança em sua própria competência. Isso acontece, em parte, devido à falta de oportunidades de treinamento e, em parte, ao mito existente há muito tempo acerca da especialização das necessidades especiais que os fazem acreditar que a capacitação especializada é um requisito para a inclusão (MITTLER, 2003, p. 184).

Nesse sentido, as universidades devem ofertar nos cursos de licenciaturas e demais graduações, disciplinas específicas e conteúdos voltados para a educação de pessoas com deficiência. A LDB 9.394/96 é bem categórica no que concerne a formação de professores. De acordo com a mesma, “art. 62, § 1º - A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009)”.

Apesar da formação inicial e continuada ser de extrema importância para que o processo de inclusão aconteça, visto que os profissionais da área da educação devem estar devidamente capacitados, é necessário um olhar cauteloso no que diz respeito à formação especializada para a Educação Especial, haja vista que a atuação do profissional habilitado não deve ser clínico, mas pedagógico, isto é, dando ênfase às habilidades e progresso que o aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação venha a ter, uma vez que a inclusão é um fator fundamental para a transformação social da pessoa com deficiência.

Desta forma, para que a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação se efetive, são primordiais ações que favoreçam a permanência, a aprendizagem, a autonomia e a participação desses alunos nas diversas atividades promovidas pela escola. Esse processo só será possível se na escola tiverem professores motivados, capacitados e que acreditem que a inclusão não é utópica, mas possível de ser alcançada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo pudemos refletir e dialogar com diversos autores acerca da formação de professores e sobre a efetivação da inclusão escolar, bem como dos desafios que ela enfrenta, e constatamos que muitos são os obstáculos para que haja uma efetivação no meio escolar e social.

A escola, enquanto espaço formal, deve buscar meios que favoreçam a participação de todos os educandos, sem desfavorecer qualquer discente em virtude de uma provável deficiência, pois todos têm o direito de aprender e frequentar o ensino regular. Sabemos que as escolas brasileiras, em especial as da rede pública, encontram dificuldades no que se refere aos espaços físicos, pois apresentam estruturas precárias e inadequadas para o convívio das crianças. Além dessas condições, faltam recursos que propiciem aos docentes condições para aulas mais elaboradas, pois muitas vezes a escola carece de materiais de apoio que facilitem o trabalho do professor e favoreçam uma melhor qualidade no ensino.

No tocante às dificuldades encontradas na implantação da inclusão escolar, enfatizamos a necessidade de formar e qualificar os professores nesse contexto de educação inclusiva, pois os docentes encontram-se angustiados diante da possibilidade de receberem nas salas de aula, alunos do público alvo da educação especial. Muitos reclamam da falta de formação inicial e continuada durante o seu ingresso na universidade e no ambiente de trabalho. Em consequência dessa má formação, o processo de inclusão não acontece da forma como deveria ser, pois os educadores também não sabem como proceder diante dos educandos com deficiência.

Convém lembrar que a implantação da inclusão é um conjunto de ações, ou seja, é um planejamento sistemático a partir de políticas públicas, sociedade, escola e professores qualificados e motivados. Com base nesse conjunto de ações, é possível afirmar que os docentes precisam se empoderar de discursos críticos e reflexivos acerca dos problemas e desafios encontrados na educação, para que dessa maneira possam fazer a diferença na vida dos educandos e da comunidade escolar, promovendo, dessa forma, a inclusão adequada.

Nesse sentido, apontamos preliminarmente que somente a partir de mudanças promovidas pelas políticas públicas, que, vale destacar, não atingem somente um contingente educacional, mas que devem ter um projeto amplo/global de homem – sociedade, é possível que a inclusão seja efetivada, já que a mesma não pode existir isolada das outras instâncias da totalidade social, bem como citamos também a necessidade de uma formação do professor adequada a esse contexto.

Enfim, acreditamos que através das mudanças citadas ao longo desse artigo, a educação se torne mais inclusiva, garantindo dessa forma, o acesso de todos à escola. Queremos, ainda, salientar que o presente artigo não teve a pretensão de esgotar a temática em questão, senão para a possibilidade de novos estudos e questionamentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 6 jul. 2019.

DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário brasileiro de educação**. Rio de Janeiro: Antares/Nobel, 1986.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4ª edição. 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Identidade da pedagogia e identidade do pedagogo. *In*: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; CORDEIRO, Ana Paula. MILANEZ, Simone Ghedini Costa (Orgs). **Formação da pedagogia e do pedagogo**: pressupostos e perspectivas. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Inclusão escolar e educação especial. *In*: **V Jornada Curitibana de Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Curitiba, 1999.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas. *In*: PAULINO, Marcos Moreira (Orgs). SERRA, Dayse. **Inclusão e ambiente escolar**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores**: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Artigo retirado da Revista Brasileira de Educação, v.14, n.40 jan/abr. 2009.

SERRA, Dayse. **Inclusão e ambiente escolar**. *In*: SANTOS, Mônica Pereira; MOREIRA, Marcos. **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2006.